

Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%	1.709.447.914,76
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%	1.706.275.004,00
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 ¹			0,181764%	1.706.275.004,00

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 13/set/2021, às 15h21.

NOTA: O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Auditoria

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 496, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017 e, da Portaria nº 1.055/STN, de 20 de setembro de 2021: resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro 2020 a agosto de 2021.

Art. 2º Determinar publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, na forma do seu Anexo Único, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal, de acordo com a alínea a do art. 55 da LRF, e o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal, conforme o Acórdão TCU 553/17.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS
Ministro-Presidente

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 A AGOSTO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.038.335,04	35.532.719,56	54.523.123,35	43.942.717,95	36.156.627,50	36.040.464,00	36.229.934,65	36.454.018,07	35.727.658,23	47.984.440,55	35.226.910,97	35.362.242,57	468.219.192,44	10.018.803,84	478.237.996,28
Pessoal Ativo	17.795.787,75	18.281.910,70	28.085.488,83	23.862.296,07	19.047.343,01	18.651.484,57	18.928.006,07	18.385.159,02	18.140.966,50	22.295.135,58	18.012.697,44	18.217.852,12	239.704.127,66	4.406.438,68	244.110.566,34
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.507.915,76	15.109.049,41	21.774.744,42	20.561.913,09	15.839.211,55	15.433.212,35	15.725.428,73	15.197.237,67	14.948.470,47	19.104.149,77	14.827.506,75	15.039.141,94	198.067.981,91	4.405.112,34	202.473.094,25
Obrigações Patronais	3.287.871,99	3.172.861,29	6.310.744,41	3.300.382,98	3.208.131,46	3.218.272,22	3.202.577,34	3.187.921,35	3.192.496,03	3.190.985,81	3.185.190,69	3.178.710,18	41.636.145,75	1.326,34	41.637.472,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	20.080.421,88	17.109.284,49	17.388.979,43	17.301.928,58	18.068.859,05	17.586.691,73	25.689.304,97	17.214.213,53	17.144.390,45	228.515.064,78	5.612.365,16	234.127.429,94
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.487.067,11	10.497.400,56	16.436.081,74	10.906.800,62	10.430.580,79	10.446.299,78	10.399.196,05	11.298.515,06	10.767.850,98	15.520.495,82	10.355.045,46	10.370.814,57	137.916.148,54	2.505.155,32	140.421.303,86
Pensões	6.755.480,18	6.753.408,30	10.001.552,78	9.173.621,26	6.678.703,70	6.942.679,65	6.902.732,53	6.770.343,99	6.818.840,75	10.168.809,15	6.859.168,07	6.773.575,88	90.598.916,24	3.107.209,84	93.706.126,08
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	17.365.438,08	17.251.301,11	26.438.126,77	16.035.386,33	6.618,18	7.440,12	82.907,23	3.780,21	69.827,92	4.087,76	17.214.049,29	17.145.119,42	111.624.082,42	9.954.195,23	121.578.277,65
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	122.890,79	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	171.187,05	0,00	171.187,05
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	2.918.634,99	0,00	821,94	76.289,05	-2.837,97	63.209,74	-2.530,42	-2.646,19	-2.695,64	3.048.245,50	9.871.405,73	12.919.651,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	13.116.259,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.210.077,30	108.404.649,87	82.789,50	108.487.439,37
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.672.896,96	18.281.418,45	28.084.996,58	27.907.331,62	36.150.009,32	36.033.023,88	36.147.027,42	36.450.237,86	35.657.830,31	47.980.352,79	18.012.861,68	18.217.123,15	356.595.110,02	64.608,61	356.659.718,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	938.730.994.036,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	356.659.718,63	0,037994%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	756.391.885,76	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	718.572.291,47	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	680.752.697,18	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 08/09/2021, 10h57min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3. Eventuais diferenças entre a metodologia do TCU disponível no Tesouro Gerencial e a tabela por subelemento de despesa elaborada por esta JMU não alteram os valores totais das despesas de pessoal, portanto não refletem em alterações nos percentuais de execução das despesas com pessoal da Justiça Militar da União.



4. Da análise do referido demonstrativo, observa-se que houve aumento significativo das despesas executadas no 1º semestre de 2021, em virtude da não utilização de fontes de recursos vinculadas para o registro das despesas com inativos e pensionistas. Tal situação já havia sido esclarecida pela DORFI por meio do memorando CPROF/DORFI 2174535 em resposta ao memorando SEACO 2170337, quando da elaboração das notas explicativas do Balanço Financeiro relativo ao 1º trimestre/2021. Assim, sugeriu-se, na análise relativa ao RGF do 1º quadrimestre de 2021, gestões junto ao órgão central de programação financeira no sentido de solicitar o remanejamento de recursos para fontes vinculadas, notadamente a fonte 169 - Contribuição Patronal p/ PSSS, com o objetivo de reduzir doravante os valores de execução de despesas de pessoal com fontes de recursos não vinculadas, visto que essa situação poderia comprometer o cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A partir de julho/2021, voltou-se a utilizar recursos de fontes vinculadas, reduzindo-se assim o total mensal da despesa líquida com pessoal.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 A AGOSTO/2021

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		478.237.996,28		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		121.578.277,65		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		356.659.718,63		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		938.730.994.036,87		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,037994%		
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III	% DA RCL	VALOR	
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	0,101900%	956.566.882,92
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	0,101798%	955.609.377,31
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	0,080726%	757.799.982,25
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	Ato decorrente \2:	0,080576%	756.391.885,76

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 137, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum", CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução n.º 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal; CONSIDERANDO o item 9.4 do Acórdão n.º 553/2017-TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2021, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MAIRAN MAIA
Presidente do Tribunal

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	186.046.108,85	188.186.424,30	292.131.433,68	230.048.613,15	268.395.780,70	182.894.555,54	185.875.209,86	184.204.491,99	186.085.770,24	189.009.610,79	183.746.452,83	185.385.223,62	2.462.009.675,55	4.965.854,26	
Pessoal Ativo	152.315.368,79	154.057.047,53	241.359.087,90	185.443.292,08	217.630.382,89	148.540.482,94	151.926.310,81	149.704.043,11	151.485.323,62	154.418.867,13	149.046.104,90	150.892.980,07	2.006.819.291,77	2.751.252,29	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	124.993.150,06	126.663.482,32	186.864.937,17	157.196.507,37	189.639.543,10	121.906.712,12	124.792.709,67	122.645.413,94	124.336.714,69	127.188.905,09	122.231.631,12	124.032.474,97	1.652.492.181,62	2.634.001,25	
Obrigações Patronais	27.322.218,73	27.393.565,21	54.494.150,73	28.246.784,71	27.990.839,79	26.633.770,82	27.133.601,14	27.058.629,17	27.148.608,93	27.229.962,04	26.814.473,78	26.860.505,10	354.327.110,15	117.251,04	
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.730.740,06	34.129.376,77	50.772.345,78	44.605.321,07	50.765.397,81	34.354.072,60	33.948.899,05	34.500.448,88	34.600.446,62	34.590.743,66	34.700.347,93	34.492.243,55	455.190.383,78	2.214.601,97	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	29.387.903,64	29.793.965,30	44.228.899,19	34.674.992,75	44.439.992,27	29.641.097,32	29.587.822,82	29.910.999,17	30.143.301,17	30.141.564,87	30.355.689,82	30.081.723,22	392.387.951,54	935.137,71	
Pensões	4.342.836,42	4.335.411,47	6.543.446,59	9.930.328,32	6.325.405,54	4.712.975,28	4.361.076,23	4.589.449,71	4.457.145,45	4.449.178,79	4.344.658,11	4.410.520,33	62.802.432,24	1.279.464,26	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	33.765.157,29	34.176.449,05	36.583.074,18	54.792.561,69	50.822.835,32	34.373.055,92	33.960.033,10	34.728.027,87	34.808.459,22	34.613.051,05	34.725.968,73	34.561.209,17	451.909.882,59	2.604.747,84	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				19.939,74				187.161,71					207.101,45		

